

**O Impacto da Mensuração do Valor Justo (CPC 46) na Qualidade dos Lucros
Divulgados pelas Empresas Listadas na B3**

Melina Vieira Pinto - Bacharelada em Ciências Contábeis
Departamento de Ciências Contábeis – UFF Macaé
mel.vp@hotmail.com.br

Márcio Marvila Pimenta - Mestre em Ciências Contábeis
Professor do Departamento de Ciências Contábeis – UFF Macaé e Doutorando IAG/PUC-Rio
marcio_pimenta@id.uff.br

Jonathas Coelho Queiroz da Silva - Mestre em Ciências Contábeis
Professor do Departamento de Ciências Contábeis – UFF Macaé
jonathasqueiroz@id.uff.br

Resumo

O objetivo deste estudo foi verificar se a adoção do Pronunciamento Contábil CPC 46 – Mensuração do Valor Justo interferiu na qualidade do lucro das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Diante disto, verificou-se as demonstrações financeiras de 367 empresas da B3, de 2012 e 2013, um período imediatamente antes e depois da adoção do CPC 46, totalizando 734 observações. De acordo com os trabalhos de Dechow, Ge e Schrand (2010) e Silva et al (2017), utilizou-se a estimação do β como medida de persistência nos lucros para mensurar a qualidade da informação contábil. Os resultados indicam que, sem considerar os setores econômicos da B3, a informatividade do lucro diminuiu no ano da adoção ao valor justo. Em contrapartida, ao separar os setores da B3, observou-se que a informatividade do lucro, após a promulgação do CPC 46, foi estatisticamente significativa em alguns setores específicos.

Palavras-chave: Valor justo. Qualidade do lucro. Persistência nos lucros. Informatividade.

1 Introdução

Muito se tem discutido sobre a melhor forma de mensuração patrimonial para as entidades, de modo que as suas informações cheguem o mais próximo possível da realidade econômica que se pretende informar. Divulgar essas informações com qualidade é fundamental, visto que, “a qualidade dos ganhos é útil para a tomada de decisões em geral” (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

A qualidade dos ganhos é entendida como a capacidade de os lucros atribuídos refletirem os reais ganhos de uma empresa, tal como a capacidade de prever os lucros futuros. A qualidade dos lucros também se relaciona com a persistência e sustentabilidade dos resultados (SANTANA, 2017).

Para Santiago, Cavalcanti e Paulo (2015), a qualidade da informação contábil tem sido abordada por diversos estudos, nos quais, os atributos de qualidade são discutidos para descobrir se tal informação alcançou os objetivos informativos da contabilidade. Um dos seus atributos, a persistência, evidencia que as empresas com lucros mais persistentes têm lucros/fluxos de caixa mais sustentáveis, tornando as informações mais úteis (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Com o advento da internacionalização da contabilidade brasileira, as empresas passaram a ser obrigadas a divulgar as suas informações mediante orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. “A adoção das normas internacionais trouxe inovações tanto na elaboração dos demonstrativos contábeis quanto nas escolhas das práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras.” (SAIKI; ANTUNES, 2010).

Em 2012, foi promulgado o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração a Valor Justo, com o objetivo de definir o que é o valor justo, bem como agrupar em um único Pronunciamento a estrutura para mensuração do valor justo bem como seus critérios de mensuração e *disclosure*. Ou seja, evidenciar valores com maior relevância e representação fidedigna.

Desta forma, é necessário se verificar os efeitos na qualidade da informação reportada. Diante disto, este trabalho teve como base o artigo de Silva, et al. (2017), o qual analisou a relação entre a persistência do lucro das empresas listadas na antiga BM&FBovespa, em comparação ao padrão IFRS. Os achados da pesquisa mencionada demonstraram que houve aumento na qualidade do lucro após a adoção das IFRS mostrando compatibilidade com as pesquisas internacionais, nas quais, a convergência às normas internacionais de contabilidade poderia resultar em um aumento na qualidade do lucro para as companhias.

Portanto, tomando como base os achados da pesquisa citada anteriormente, o objetivo desta pesquisa é o de verificar se a adoção ao valor justo (CPC 46) também interferiu significativa e positivamente na qualidade do lucro das empresas listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). O problema de pesquisa pode ser descrito por meio da seguinte pergunta: ***A adoção do Pronunciamento Contábil CPC 46 – Mensuração do Valor Justo influenciou a qualidade do lucro das companhias listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão)?***

Desta forma, a pesquisa objetiva verificar se a adoção do Pronunciamento Contábil CPC 46 – Mensuração do Valor Justo interferiu na qualidade do lucro das empresas listadas na B3

(Brasil, Bolsa e Balcão). Adicionalmente, verificar quais setores econômicos da B3 apresentaram maiores mudanças após a adoção do CPC 46.

2 Referencial Teórico

Este capítulo foi separado em duas partes, a primeira aborda pesquisas sobre a qualidade da informação contábil, enquanto a segunda parte relata sobre estudos sobre mensuração a valor justo.

2.1 A Qualidade da Informação Contábil

Em seu estudo, Richardson, et al. (2001), com o objetivo de fornecer uma análise sistemática da fonte de informação em *accruals* sobre a qualidade dos ganhos, descobriram que os *accruals* de passivos ajudam a extrair informações dos *accruals* de ativos sobre a qualidade dos ganhos. Ao contrário de outros estudos, seus resultados indicam que a informação de *accruals* sobre a qualidade do lucro não é atribuível a um único fator, como *accruals* discricionários ou crescimento da empresa.

A qualidade do lucro, segundo Dechow e Schrand (2004), reflete o desempenho operacional atual, além de ser um bom indicador do desempenho operacional futuro de uma empresa e, ainda, dá uma anotação precisa do valor da firma. Consideração feita no referido trabalho, no qual, o objetivo foi o de identificar porque os gerentes sentem tanta pressão para reportar crescimento contínuo nos ganhos.

Por sua vez, Barth, Landsman e Lang (2008), tiveram como objetivo descobrir se a adoção às normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) está associada a uma maior qualidade contábil. Ao analisar empresas de 21 países, foi revelado que a qualidade das informações contábeis das companhias foi maior para os que adotaram as normas internacionais (IAS).

Por outro lado, Paananen e Lin (2009), com o questionamento da possível melhora na qualidade das informações contábeis devido à adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*), fizeram um estudo com empresas alemãs entre os anos de 2000-2002 (período do IAS), 2003-2004 (período voluntário de IFRS) e 2005-2006 (período obrigatório de IFRS). Foi descoberto que houve uma diminuição da qualidade contábil após o ano de 2005, contrariando as expectativas dos autores.

Ademais, Paulo, Cavalcante e Melo (2012) analisaram empiricamente se a qualidade das informações contábeis é afetada pela oferta pública de ações e debêntures nas companhias abertas brasileiras. De modo geral, a oferta pública de títulos não afeta a qualidade das informações contábeis. Ou seja, os resultados apontaram que os números contábeis não são diferentes nos períodos em torno da emissão pública de ações e debêntures.

Perotti e Wagenhofer (2014) examinaram como as medidas de qualidade dos ganhos atendem o objetivo de melhorar a utilidade da decisão dos relatórios financeiros. Para eles, a qualidade dos ganhos é uma característica fundamental dos relatórios financeiros, pois geram uma melhor tomada de decisão, aumentando, conseqüentemente, a eficiência do mercado de capitais.

Segundo Perotti e Wagenhofer (2014):

“A qualidade dos ganhos é uma característica fundamental dos relatórios financeiros. Ela incorpora o princípio de que os relatórios financeiros devem ser tão úteis quanto possível para investidores e outros provedores de capital na tomada de suas decisões de alocação de recursos. Relatórios financeiros de alta qualidade devem melhorar a tomada de decisões e, portanto, a eficiência do mercado de capitais. A qualidade dos ganhos é, no entanto, um construto esquivo e as pessoas tendem a entendê-lo de várias maneiras diferentes. Não há uma medida geralmente aceita, mas a literatura desenvolveu uma variedade de proxies para a qualidade dos lucros, que se concentram em atributos particulares do que a qualidade dos ganhos é considerada para ser.”

Por sua vez, Silva et al (2017), verificaram a persistência dos lucro das empresas listadas na antiga BM&FBovespa, comparando-se período antes da convergência com o posterior a convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Os achados foram impressionantes, demonstrando que houve aumento da qualidade do lucro após a adoção das IFRS, ou seja, aumentou-se a qualidade e a relevância das demonstrações financeiras reportadas.

2.2 Adoção da Mensuração a Valor Justo

Barth (1994) investiga como as estimativas do valor justo dos títulos de investimentos e dos ganhos e perdas de títulos, divulgadas pelos bancos, são refletidas nos preços das ações, em comparação com os custos históricos. Foi descoberto que o custo histórico sempre fornece poder explicativo incremental para o valor justo.

Os resultados de Barth (1994) mostram que as estimativas do valor justo dos títulos de investimento fornecem um poder explicativo significativo que vai além dos fornecidos pelo custo histórico, apesar deste último fornecer poder explicativo incremental. Os valores justos desses títulos são encontrados com menos erros de medição em relação ao valor refletido nos preços das ações.

Em pesquisa feita por Penman (2007), foram analisados os depoimentos de representantes do governo, reguladores, analistas e preparadores de informação contábil acerca das impressões sobre a mensuração a valor justo. Pode-se observar que a preocupação em geral é para os perigos das estimativas de valor justo. Visto que, por esse método de mensuração, a companhia reavalia os ativos sempre que o valor contábil difere materialmente do valor de mercado.

Segundo Penman (2007) alguns entrevistados questionam se esses valores realmente refletem a realidade de um negócio. Enquanto outros argumentam que o valor justo é uma medida econômica superior ao custo histórico. Foi concluído que, em um nível conceitual, que a contabilidade a valor justo é vantajosa, uma vez que o valor patrimonial é lido no balanço sem necessidade de análise adicional.

Após a crise mundial de 2008 diversos fatores foram levantados como sendo os responsáveis pela mesma, dentre eles, a mensuração a valor justo. Visto isso, Barreto, Murcia e Lima (2012) fizeram um estudo com o objetivo de identificar a percepção de especialistas em economia e em mercado financeiro com relação ao impacto da mensuração a valor justo na crise financeira mundial.

Mediante confecção de entrevistas, Barreto, Murcia e Lima (2012) concluíram que a mensuração pelo valor justo não foi um fator determinante para o agravamento da crise e que, na opinião dos especialistas, os principais fatores que a ocasionaram foram: alavancagem excessiva por parte dos bancos, utilização de instrumentos financeiros modernos, e política monetária frouxa por parte do governo norte-americano.

Sob tal enfoque, Laux e Leuz (2009) apontam que a crise financeira mundial de 2008 levou a um grande debate sobre os pros e contras da mensuração a valor justo. Portanto, procuraram dar sentido a esses debates e discutir seus argumentos. Para eles, embora existam preocupações legítimas sobre o valor justo, não é evidente que esses problemas se aplicam ao mesmo. Acrescentam ainda que é improvável que a contabilidade de custo histórico seja a solução.

Após a convergência brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade, grandes desafios surgiram para a contabilidade moderna. Um deles, segundo Barros, et al. (2013), foi a mensuração dos ativos biológicos a valor justo, visto que, precificar animais ou plantas vivas e suas transformações biológicas, necessita de um tratamento especial. Ao analisar as empresas listadas no BM&FBOVESPA de 2008 a 2010, percebeu-se que a adoção do valor justo para ativos biológicos teve um impacto significativo nessas companhias. Foi exposto ainda, que essa mudança de registro faz com que o mercado possa ter contato com informações mais próximas da realidade.

Antunes, et al. (2012) discorre sobre o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais e seus efeitos na qualidade da informação. Foi inferido que, dentro das novas práticas contábeis, o valor justo ficou restrito aos itens patrimoniais que não gerem benefícios por meio de seu uso, mas principalmente por sua venda e pelas aplicações de capital.

Christensen e Nikalaev (2013) estudaram a respeito da escolha entre custo histórico e valor justo dos ativos não financeiros, quando as forças do mercado determinam o resultado da escolha, ao invés dos reguladores. Para eles, a contabilidade de valor justo é usada quando estimativas confiáveis desses valores estão disponíveis a um custo menor e quando transmitem informações sobre o desempenho operacional.

Nesse mesmo contexto de ativos biológicos, Filho, Martins e Machado (2013) avaliaram tanto a relevância do valor justo na mensuração desses ativos, como também os seus reflexos no patrimônio líquido nas empresas listadas no BM&FBOVESPA nos anos de 2008 e 2009. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que os valores do patrimônio líquido tiveram um aumento significativo estatisticamente, bem como os saldos dos ativos.

Lustosa (2016) buscou conferir o nível de adesão dos conceitos de valor justo presentes no SFAS 157 – *fair value measurements* aos tradicionais conceitos de contabilidade econômica. Seus resultados indicam que esses conceitos são incorretos ou incompletos, o que sugere a existência de uma terminologia inadequada de valor justo, uma vez que esses valores não são justos.

A argumentação é de que, em situações de anormalidade ou inexistência de mercado, haverá sempre uma medida inexata e subjetiva desses valores. É salientado que essa terminologia “valor justo” poderia até ser aceitável se ficasse limitada apenas à representação do recebimento de uma transação corrente de venda do ativo em um mercado normal.

Por sua vez, Gelbcke et al. (2018, p. 140) descrevem que “o valor justo será construído para refletir uma transação hipotética de venda do ativo (ou transferência do passivo), assumindo-se a ótica dos participantes do mercado (uso de premissas usuais que os participantes usariam para precificar o ativo e buscando-se maximizar *inputs* observáveis)” e, além disso, define o valor justo como sendo “um preço e, portanto, faz parte das mensurações a valor de saída, de forma contrária ao custo que faz parte das mensurações a valor de entrada.”

3 Metodologia

Esta pesquisa pode ser classificada, de acordo com Moresi et al.(2003), como quantitativa, pois as informações foram traduzidas em números para que pudessem ser analisadas e recursos estatísticos foram utilizados. Pode ser considerada, ainda, como exploratória, pois foi analisado se o valor preditivo do lucro aumentou entre os anos de 2012 e 2013. Por fim, é um estudo positivista, pois foi feita uma investigação empírica para que as variáveis pudessem ser observadas.

Utilizou-se, neste estudo, uma amostra que compreende a todas as empresas listadas na B3, tendo sido retiradas as que não possuem todos os dados disponíveis para os cálculos. Ou seja, as empresas que não possuem lucro antes e/ou depois da vigência do CPC 46 foram excluídas por “missings values”. Logo, o teste não poderia ser aplicado nas mesmas.

As informações foram retiradas do software de banco de dados Economática® e a amostra final resultou em 367 observações. Foi abrangido um período de dois anos, separados em: período imediato pré-CPC 46 (2012) e período imediato pós-CPC 46 (2013). O software estatístico utilizado foi o Stata 13®.

As datas se justificam devido à adoção do CPC 46 ocorrida no ano de 2013, conforme Deliberação CVM nº 699/12:

“I – aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 46, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, anexo à presente Deliberação, que trata de mensuração do valor justo; e
II – que esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.”

A proxy de qualidade do lucro foi aplicada tendo como base os trabalhos de Dechow e Schrand (2004), Dechow, Ge e Schrand (2010) e Silva, et al. (2017). Ela é apresentada pelo β da equação de regressão (1) – na qual o lucro líquido (LL) é o pilar para a mensuração do lucro - com a intenção de observar o comportamento das empresas listadas na B3, *se no período pós CPC 43 a qualidade do lucro foi melhor do que no período pre CPC 43.*

A métrica utilizada, a Persistência, é igual ao coeficiente angular β da equação da seguinte regressão:

$$LL_{i,t} = \alpha + \beta LL_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Em que:

$LL_{i,t}$ = lucro líquido do período t, dividido pelo ativo total no início do período t.

$LL_{i,t-1}$ = lucro líquido do período t-1, dividido pelo ativo total no início do período t-1.

Segundo Perotti e Wagenhofer (2014), a utilização da persistência como métrica se justifica, pois “as empresas com lucros mais persistentes têm lucros/fluxo de caixa mais sustentáveis que irão torná-los mais úteis na avaliação dos preços das ações.”.

E, ainda, devido ao fato de “a qualidade da informação ser relevante somente se os resultados, verdadeiramente, refletirem o desempenho durante o período, e se o desempenho do período corrente persistir nos períodos seguintes” (PAULO, CAVALCANTI E MELO, 2012).

Em seguida, conforme estudo de Silva, et al.(2017), utilizou-se *dummies* para segregar os setores Financeiro e outros (F), Bens industriais (BI), Consumo não cíclico (CNC), Utilidade pública (UP), Saúde (S), Consumo cíclico (CC), Materiais básicos (MB), Tecnologia da informação (TI), Petróleo, gás e biocombustíveis (PGB) e Telecomunicações (T), designando 1 para as empresas pertencentes ao respectivo setor e 0 caso não pertença ao mesmo. Dito isto, a formula é designada da seguinte forma:

$$LL_{i,t} = \alpha + \beta_1(F * LL_{i,t-1}) + \beta_2(BI * LL_{i,t-1}) + \beta_3(CNC * LL_{i,t-1}) + \beta_4(UP * LL_{i,t-1}) + \beta_5(S * LL_{i,t-1}) + \beta_6(CC * LL_{i,t-1}) + \beta_7(MB * LL_{i,t-1}) + \beta_8(TI * LL_{i,t-1}) + \beta_9(PGB * LL_{i,t-1}) + \beta_{10}(T * LL_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Desta forma foram evidenciados duas abordagens, a primeira como uma visão geral do impacto do fenômeno, adoção do CPC 46, e a segunda sendo uma abordagem micro, de forma a verificar os impactos individualmente em cada setor especificamente, de forma a fornecer maior robustez aos resultados.

4 Análise dos Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados dos testes de verificação do nível de informatividade antes e depois da emissão do CPC 46, das empresas listadas na B3. Foram realizadas duas regressões; na primeira, foi verificada a influência do lucro de 2012 no lucro de 2013 (imediatamente antes da adoção) e, na segunda, foi verificada a influência do lucro de 2013 no lucro de 2014 (imediatamente após a adoção). O objetivo dessa verificação é o de observar se o CPC 46 aumentou o valor preditivo do lucro dessas entidades.

Na primeira parte é comparada a qualidade dos lucros de todas as empresas listadas na B3. Na segunda parte são levados em conta os setores econômicos da B3 (Financeiro e outros – F; Bens industriais – BI; Consumo não cíclico – CNC; Utilidade pública – UP; Saúde – S; Consumo cíclico – CC; Materiais básicos – MB; Tecnologia da informação – TI; Petróleo, gás e biocombustíveis – PGB; e Telecomunicações - T, respectivamente), se a variável impacta na qualidade da informação.

Depois de efetuada a primeira regressão, efetuou-se os testes de heterocedasticidade Breusch-Pagan e White, e ambos rejeitaram a hipótese de homocedasticidade. Portanto, para corrigir este problema utilizou-se os erros-padrão robustos de White.

Tabela 1 - Resultados da estimação da regressão total companhias da B3

Variáveis	Período imediato pré-CPC 46 2012			Período imediato pós-CPC 46 2013		
	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor
Total Companhias	0,18	0,03	0,00 *	(0,20)	0,44	0,66
R-Quadrado	0,51			0,01		

Fonte: Elaborada pelos autores.

Obs.: * indica a significância ao nível de 1%.

Analisando-se os resultados da Tabela 1, observa-se que o lucro foi mais informativo no ano 2012 em comparação ao ano 2013 (ano da vigência do CPC 46). Pode-se confirmar essa afirmativa ao observar a diminuição do coeficiente angular ao comparar o período anterior à adoção, cujo coeficiente era 0,179, com o período após a adoção, cujo coeficiente foi para -0,197 negativos. Quanto maior o índice do coeficiente angular β , maior será a persistência do lucro, o que torna os lucros mais informacionais. Enquanto índices menores representam menor qualidade do lucro.

Ademais, é possível observar que o p-valor do ano 2012 foi significativo a 0,01 (1%), enquanto no ano 2013 não teve significância estatística. Pode-se supor, portanto, que o CPC 46 possa ter diminuído o valor preditivo do lucro ao incluir conceitos mais complexos, além da subjetividade trazida pela adoção de valor justo em alguns ativos, como em instrumentos financeiros.

Conforme exposto no trabalho de Martins, Machado e Callado (2014), apesar da utilização de valores de mercado, teoricamente, tornarem a informação mais representativa, existe um outro lado, que é quando não existe mercado ativo para determinado objeto de mensuração. Nesse caso, há a necessidade de um maior grau de julgamento dos avaliadores, segundo os mesmos autores.

Na segunda parte detalha-se a persistência do lucro com a adoção do CPC 46 segregando-se as empresas por setores econômicos da B3. Após evidenciados os resultados da regressão proposta, foi evidenciado os níveis de significância, bem como o valor do coeficiente angular β de cada setor. Desta forma, verifica-se quais impactos os setores tiveram com a adoção do CPC 46, bem como analisar as possíveis motivações das mudanças observadas na persistência do lucro em cada setor especificamente.

Assim como na primeira regressão, efetuou-se os testes de heterocedasticidade Breusch-Pagan e White, e ambos rejeitaram a hipótese de homocedasticidade. Para corrigir este problema na segunda regressão utilizou-se os erros-padrão robustos de White originando os coeficientes da tabela 2.

Tabela 2 - Resultados da estimação da regressão pelos setores da B3

Variáveis	Período imediato pré-CPC 46			Período imediato pós-CPC 46				
	2012	2013		2012	2013			
	Coeficiente	Erro Padrão	p-valor	Coeficiente	Erro Padrão	p-valor		
Const.	(12,53)	4,55	0,00	*	(12,75)	6,18	0,04	**
FIN	0,18	0,01	0,00	*	0,35	0,11	0,00	*
BI	0,67	0,94	0,02	*	2,25	0,37	0,00	*
CNC	1,00	0,79	0,14		3,47	0,30	0,00	*
UP	0,06	0,45	0,67		1,64	0,47	0,00	*
S	0,02	0,50	0,77		1,89	0,46	0,00	*
CC	1,13	0,17	0,00	*	(2,03)	0,10	0,00	*
MB	2,04	2,32	0,01	**	0,05	0,09	0,57	
TI	1,50	3,61	0,00		0,24	0,25	0,33	
PGB	1,35	0,71	0,00	*	(10,09)	6,99	0,15	
TEL	2,79	8,72	0,01		0,67	1,00	0,51	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Obs.: * indica a significância ao nível de 1%, ** indica a significância ao nível de 5%,

Pode-se verificar que, na tabela 2, os setores FIN, BI, CNC, UP, S apresentaram um maior β após a adoção do CPC 43. Enquanto, CC, MB, TI, PGB e TEL apresentam uma piora no coeficiente angular.

O lucro no setor Financeiro (FIN) antes do CPC 46 era significativo aumentou e permaneceu significativo após a emissão do pronunciamento, pois este setor é altamente influenciado por instrumentos que são mensurados a valor justo como variados tipos de instrumentos financeiros. No setor de Bens Industriais (BI) tem altos investimentos em imobilizado e por consequência testes de *impairment*, para ajustar os valores a valor justo.

Por sua vez, no setor Consumo Não Cíclico (CNC), tanto antes quanto depois da promulgação do CPC em questão a informatividade do lucro permaneceu significativa a 0,01. Neste caso pode-se que houve impacto neste setor que representa é composto por empresas do setor alimentar, fumo, bebidas, etc. Tendo como participantes deste setor empresas como Ambev, BR Foods e Souza Cruz, justifica-se esta melhoria das informações pois estas empresas apresentam relevante utilização de ativos financeiros como derivativos, na operacionalização de sua atuação no exterior, sendo a mensuração a valor justo bastante significativa nestes produtos.

Por sua vez, consoante com o estudo de Zanin e Rover (2018), o setor Utilidade Pública (UP), juntamente com o CNC e BI, são os segmentos que apresentam maior número de adotantes de *hedge accounting*, em que adotam-se o hedge de valor justo. Portanto, com a adoção do CPC 46, aumentou-se a relevância da informação para estes setores. O setor Saúde, por sua vez, acredita-se que a melhoria seja atribuída a associação a bancos que atuam fortemente em instrumentos financeiros para financiar suas atividades.

5 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo o de verificar se a adoção ao valor justo (CPC 46) interferiu na qualidade do lucro das empresas listadas na B3, tendo sido testado se o valor preditivo diminuiu ou aumentou após a promulgação do CPC em questão. Duas regressões foram efetuadas a fim de verificar o nível de informatividade, antes e depois da emissão do CPC 46, das empresas listadas na B3: na primeira, foi verificada a influência do lucro de 2012

no lucro de 2013 (imediatamente antes da adoção); e, na segunda, foi verificada a influência do lucro de 2013 no lucro de 2014 (imediatamente após a adoção).

O objetivo dessa verificação foi o de observar se o CPC 46 aumentou o valor preditivo do lucro dessas entidades. Ao realizar os testes sem segregar os setores econômicos da B3 foi possível observar que o p-valor do ano 2012 foi significativo a 0,01 (1%), enquanto no ano 2013 não teve significância estatística. Pode-se inferir, portanto, que o CPC 46 diminuiu o valor preditivo do lucro das empresas da B3 em seu ano de vigência (2013). Além disso, o lucro no ano de 2012 foi mais informativo em comparação com o ano de 2013, visto que, o coeficiente angular em 2012 era de 0,179 e foi para -0,197 em 2013. Portanto, pode-se afirmar que a qualidade do lucro em 2013 diminuiu comparada com o ano anterior.

Porém, ao segregar as empresas por setores econômicos da B3, verificou-se que, em alguns setores, a informatividade do lucro após a promulgação do CPC 46 foi estatisticamente significativa. No setor Financeiro (F), o nível de significância em 2012 era de 1% e foi para 5% em 2013; no setor de Consumo não cíclico (CNC) não havia significância em 2012 e foi para 10% em 2013; no Consumo Cíclico (CC) era de 1% em 2012 e permaneceu em 2013; e no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (PGB) a significância era de 10% em 2012 e foi para 1% em 2013.

Os demais setores (Bens Industriais – BI, Utilidades Públicas – UP, Saúde - S, Materiais Básicos – MB, Tecnologia da Informação – TI e Telecomunicações – T) permaneceram sem significância estatística. Tendo em vista os resultados significativos - obtidos ao segregar os setores econômicos - uma sugestão para futuros trabalhos seria a de fazer uma análise da qualidade dos lucros nos setores que mais sofreram interferência do valor justo, com o emprego de um período de tempo mais extenso.

Referências

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

BARRETO, Eric; DAL RI MURCIA, Fernando; SIQUEIRA LIMA, Iran. Impacto da mensuração a valor justo na crise financeira mundial: Identificando a percepção de especialistas em economia e mercado financeiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 15, 2012.

BARROS, Célio da Costa et al. O Impacto do Valor Justo na Mensuração dos Ativos Biológicos nas Empresas Listadas na BM&F Bovespa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 17, n. 3, p. 41-59, 2013.

BARTH, Mary E. Fair value accounting: Evidence from investment securities and the market valuation of banks. *Accounting Review*, p. 1-25, 1994.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BRASIL RODRIGUES, William; SIMÕES RODRIGUES, Herbert; SARLO NETO, Alfredo.

Dividendos e accruals discricionários: um estudo sobre a relação entre a política de distribuição de dividendos e a qualidade dos lucros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 11, n. 24, 2014.

CHRISTENSEN, Hans B.; NIKOLAEV, Valeri V. Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test?. *Review of Accounting Studies*, v. 18, n. 3, p. 734-775, 2013.

COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 46– Mensuração do Valor Justo. Brasília, DF, 2012.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 15, n. 2, 2012.

DA CUNHA E SILVA FILHO, Augusto Cezar; GOMES MARTINS, Vinícius; VERAS MACHADO, Márcio André. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 9, n. 4, 2013.

DA SILVA, Josimar Pires, BONFIM, Mariana Pereira, NIYAMA, Jorge Katsumi, SILVA, Cezar Augusto Tibúrcio. Adoção ao padrão IFRS e earnings quality: a persistência do lucro das empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 11, n. 29, p. 46-55, 2017.

DECHOW, Patricia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

DECHOW, Patricia M.; SCHRAND, Catherine M. Earnings quality. 2004.

FIORESI DE SOUSA, Erivelto; FIORESI DE SOUSA, Anderson; BROMMONSCHENKEL DEMONIER, Gladyson. Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no conservadorismo contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 10, n. 2, 2016.

GELBCKE, Ernesto Rubens et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. – 3. Ed. - São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES MARTINS, Vinícius; VERAS MACHADO, Márcio André; CUNHA CALLADO, Aldo Leonardo. Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 11, n. 22, 2014.

LAUX, Christian; LEUZ, Christian. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. *Accounting, organizations and society*, v. 34, n. 6, p. 826-834, 2009.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. A (in?) justiça do valor justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 5, n. 1, p. 5-21, 2016.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, p. 24, 2003.

PAANANEN, Mari; LIN, Henghsiu. The development of accounting quality of IAS and IFRS over time: The case of Germany. Journal of International accounting research, v. 8, n. 1, p. 31-55, 2009.

PAULO, Edilson; NÓBREGA CAVALCANTE, Paulo Roberto; SOUZA LAPA DE MELO, Iana Izadora. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. BBR-Brazilian Business Review, v. 9, n. 1, 2012.

PENMAN, Stephen H. Financial reporting quality: is fair value a plus or a minus?. Accounting and business research, v. 37, n. sup1, p. 33-44, 2007.

PEROTTI, Pietro; WAGENHOFER, Alfred. Earnings quality measures and excess returns. Journal of business finance&accounting, v. 41, n. 5-6, p. 545-571, 2014.

RICHARDSON, Scott A. et al. Information in Accruals about the Quality of Earnings. 2001.

SANTANA, Grazielle Tatiane. Qualidade dos lucros e reputação corporativa das empresas no Brasil: uma análise sob a ótica da persistência. 2017.

SARLO NETO, Alfredo; ROSSI BASSI, Bruno; ABREU DE ALMEIDA, André. Um estudo sobre a informatividade dos lucros contábeis na América Latina. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 5, n. 12, 2011.

SOARES SANTIAGO, Josicarla; NÓBREGA CAVALCANTE, Paulo Roberto; PAULO, Edilson. Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. Revista Universo Contábil, v. 11, n. 2, 2015.

YOON, Sora. Accounting quality and international accounting convergence. Oklahoma State University, 2007.